



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

**2ª RAE- PE/ CSJT– 17/01/2022**

**PROPOSTA DE PAUTA**

<b>1. Pendências de reuniões anteriores</b>	<b>Identificador</b>
1. Apresentação de resultados AGGEST 2. Apresentação de resultados SEOFI 3. Apresentação de resultados CGDOC 4. Apresentação de resultados SECOM	
<b>2. Itens para pauta</b>	<b>Identificador</b>
1. Informações gerais 2. Apresentação de resultados AGGEST 3. Apresentação de resultados SEOFI 4. Apresentação de resultados CGDOC 5. Apresentação de resultados SECOM	
<b>3. Outros assuntos</b>	<b>Identificador</b>
<b>4. Deliberações via e-mail</b>	<b>Identificador</b>
<b>5. Agendamento da próxima reunião</b>	<b>Identificador</b>

**ATA DE REUNIÃO**

<b>Local</b>	<b>Período</b>
Videoconferência	17/01/2022

No dia 17 de janeiro de 2022, por videoconferência, das 14h às 17h, ocorreu a 2ª parte da 2ª Reunião da Análise Estratégica – 2º semestre de 2021. Estiveram presentes os seguintes servidores do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT:



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

**2ª RAE- PE/ CSJT– 17/01/2022**

<b>Nome</b>
<b>Carolina da Silva Ferreira</b> Secretária Geral do CSJT (SGRCSJT) Coordenadora da Comissão de Gestão da Estratégia (CGE-CSJT)
<b>Ivan Bonifácio</b> Assessor da Assessoria de Governança e Gestão Estratégica do CSJT (AGGEST) Membro do CGE-CSJT
<b>Katia dos Santos Silva</b> Secretária da Secretaria de Orçamentos e Finanças (SEOFI) Membro do CGE-CSJT
<b>Janaina Luciana de Lima Gomes</b> Secretária da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGPES) Membro do CGE-CSJT
<b>Alessandro Jacó de Almeida</b> Chefe da Divisão de Comunicação (SECOM) Membro do CGE-CSJT
<b>Maria Tereza Orlandi</b> Ouvidora Auxiliar CSJT/TST
<b>Anderson Carlos Leite Affonso</b> Chefe de Gabinete da SGRCSJT
<b>Christiano Guimarães de Carvalho</b> Coordenador da Coordenadoria Técnica do Processo Judicial Eletrônico CTPje/SETIC
<b>Reginaldo Pereira de Matos</b> Coordenador da Coordenadoria de Gestão Documental (CGDOC)
<b>Thiago Mota Sousa</b> Servidor da (CGDOC)
<b>Silvio Rodrigues Campos</b> Servidor da SGRCSJT
<b>Mayara Cristina de Faria Wiira</b> Servidora da SGRCSJT
<b>Silvio Rodrigues Campos</b> Servidor da SGRCSJT
<b>Cleria Elvina Costa Moreira</b> Servidora da SGRCSJT
<b>Magda Vargas Roque</b> Servidora da SETIC
<b>Bárbara Soares Cabral</b> Cobertura fotográfica - SECOM
<b>Dúlio Mendes Soares</b> Servidor da AGGEST
<b>Ana Luisa Amorim Ribeiro</b> Servidora da AGGEST
<b>Daniel Gerbis de Aguiar</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## 2ª RAE- PE/ CSJT– 17/01/2022

Servidor da AGGEST
<b>Rayana Peixoto Gonçalves</b> Secretária da AGGEST

Item:	2.1. Informações gerais	ID
	<p>Dra. Carolina informou que já foi dado início ao período de transição da gestão, onde por decisão do Exmo. Ministro Emmanuel, o CSJT continuará com a mesma direção.</p> <p>Foram apontados últimos ajustes relacionados à Pesquisa de Satisfação, que será lançada no dia 01/02/2022. O expediente será encaminhado para autorização da administração. Será redigido um expediente com as diretrizes da pesquisa, para devidas assinaturas. Em relação à Carta de Serviços, ficou acordado que deverá constar a descrição da Assessoria Jurídica (ASSJUR), pois mesmo sendo um serviço não prestado diretamente ao público alvo, a ASSJUR faz parte do administrativo do CSJT. O ato, formalizando os serviços, será encaminhado para aprovação e assinatura da Ministra Presidente. Após isso, a Carta de Serviços estará pronta para publicação unificada.</p>	

Item:	2.2. Apresentação de resultados AGGEST	ID
	<p>Sr. Ivan deu início a apresentação, pontuando as ações programadas e realizadas nesta gestão. Quanto ao <b>Trabalho Decente</b> informou sobre duas ações, a primeira trata da implantação da Rede de Trabalho Decente, com parcerias formais entre justiça do trabalho, organizações não governamentais, voltadas a esse assunto, e a academia, para discussões de como apresentar essa Rede ao Brasil, a partir da visão dada pelo Poder Judiciário. Este assunto deverá ser tratado na nova gestão. A segunda ação trata do projeto de implantação de modelo de pesquisa, com utilização de Inteligência Artificial, para mapear a quantidade de trabalho infantil e assédio, no qual o projeto piloto já foi finalizado. Essa ação se enquadra na meta 9 do CNJ, referente à Inovação no Poder Judiciário. Esse projeto será expandido para outros TRTs.</p> <p>Quanto ao <b>Índice de Processos de Trabalho Críticos Mapeados com Identificação de Controles Interno (IPMCI)</b>, a metodologia terá como princípio começar o mapeamento a partir do resultado final, com a finalidade de inovação em relação aos métodos tradicionais de mapeamento de processos. Porém o projeto ainda está em fase de estudo.</p> <p>Sobre a iniciativa de <b>Governança de Colegiados Temáticos</b>, o Sr. Dulio informou que esse é o primeiro projeto nacional do portfólio do ciclo 2021-2026, a iniciativa veio de uma proposta do TRT 3ª região. Foi instituído um programa com um projeto nacional, onde posteriormente será criado um projeto para cada TRT e para o CSJT. A minuta de resolução já foi revisada pela Dra. Carolina e outros integrantes do CSJT, em que, na oportunidade, foram feitas as alterações necessárias e passadas ao gestor do projeto. Agora, a iniciativa está em fase de aprovação final, a ser deliberada na próxima sessão, realizada em fevereiro. Com isso, a resolução será publicada e os esforços serão para a organização do Webnário. O próximo passo será revisar todos os colegiados do Conselho, para as devidas adequações.</p> <p>Sr. Daniel apresentou a iniciativa <b>“Painel de Resultados Gestão Estratégica da JT”</b>, um BI</p>	



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

**2ª RAE- PE/ CSJT– 17/01/2022**

(WebFocus) que consome os dados da base do e-gestão, e possui uma interface que apresenta os resultados de forma mais dinâmica e interativa para o usuário em relação ao B.O. O Webfocus possibilita, também, verificar os resultados de forma mais detalhada. A construção do Painel foi realizada em conjunto com a unidade de Estatística do TST, a qual transferiu conhecimento para servidores da AGGEST em reuniões semanais, totalizando cerca de 60 horas. O Painel ainda não foi oficializado, porém alguns Tribunais já estão consumindo as informações disponibilizadas, dando feedback bastante positivo. No decorrer do processo de migração e construção, foi constatado divergências no entendimento das regras de implementação das metas, com isso, as próximas ações serão, gerar documentação, explicando todos os passos de extração, funcionamento e implementação. Esse alinhamento unificado está em andamento com alguns Tribunais. Sr. Ivan levantou a importância para que as próximas contratações de sistemas levem em consideração o projeto.

A iniciativa do **Programa de Integridade** foi apresentada pela Sra. Ana Luisa, que informou que a iniciativa não só faz parte do plano estratégico, como é também uma exigência da Resolução nº 410 do CNJ. A iniciativa visa o combate à corrupção, sendo uma recomendação da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para que todo o setor público implemente essa iniciativa. Assim, em congruência a recomendação, o CNJ editou a Resolução nº 410, mas não há nenhuma regra ou padrão de como o Programa de Integridade deve ser implementado nos órgãos do Judiciário. Com isso, propõe-se a implantação de único Sistema de Integridade do Poder Judiciário Trabalhista, a fim de se evitar disparidades regionais, assegurando-se maior conformidade dos processos de gestão e governança. Neste sistema serão respeitados os quatro eixos: o comprometimento da alta administração; a instância responsável, que será o órgão responsável pela gestão e implementação do Programa; a análise de risco; e o monitoramento contínuo. Lembrando que de acordo com o CNJ existem limites que não podem ser ultrapassados tais como: independência dos magistrados; as normas que regulam a conduta de magistrados e servidores; as atribuições da Ouvidoria e da Corregedoria e a Lei Geral de Proteção de Dados.

#### **Encaminhamento:**

- **Trabalho Decente:** Incluir o projeto da Meta 9 na transição de administração, para que o novo Ministro Presidente continue dando o apoio ao projeto, Dra. Carolina informou que no momento da apresentação irá sugerir que o projeto seja apresentado no COLEPRECOR, para impulsionar todos os Tribunais a implementarem a mesma tecnologia e foi solicitado ao Sr. Jacó, que juntamente com a AGGEST, pense em uma melhor forma para divulgar a iniciativa.
- **IPMCI:** Em relação a Metodologia, foi solicitado que, durante o estudo do tema, a Dra. Carolina seja incluída como participante.
- **Governança de Colegiados:** Documento já foi revisado e será encaminhado para última revisão da Ministra, para que possa dar andamento e ser finalizado ainda nesta gestão.
- **Webfocus:** foi informado que não é aconselhável nomear de portal, pois pode gerar dúvidas e conflitos com relação ao portal oficial do CSJT. Foi indicado que a AGGEST acompanhe as contratações futuras, verifique o andamento e perfis necessários para atender as especificações. Sra. Cléria estará disponível para que possa haver os acertos devidos no portal, assim que a fase piloto encerrar.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## 2ª RAE- PE/ CSJT– 17/01/2022

- Programa de Integridade: foi aconselhado realizar pesquisa entre os Tribunais para averiguação se algum já possui alguma iniciativa, para que possa ser feita a troca de ideias.

Item:	2.3. Apresentação de resultados SEOFI	ID
<p>Sra. Katia deu início falando da importância dos planejamentos de ações futuras, para que possam ser incluídos no orçamento anual para uma melhor fluidez. Em relação ao <b>Índice de Cumprimento de Emenda Constitucional nº95 (ICEC95)</b>, em que todo órgão federal deve cumprir, cabe a SEOFI/CSJT fiscalizar os TRTs. Essa fiscalização não se dá apenas ao final de cada ano e sim por todo o período vigente, pois as sanções de não cumprimento da meta geram vários prejuízos à Justiça do Trabalho.</p> <p>Com esse índice, é possível verificar se os tribunais estão conseguindo controlar os limites orçamentários, para que não haja restos a pagar. Até o momento, o índice teve resultado de 97,67%, dentro do resultado esperado. Este dado estará disponível no relatório encaminhado ao Ministério da Economia.</p> <p>Em relação ao <b>Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias (IEDDD)</b>, em que se deve justificar a não execução do orçamento solicitado, a Sra. Kátia informou que dentro da Lei de Diretriz Orçamentária, temos o orçamento positivo, que obriga o gestor a fazer o planejamento dos gastos, assim, caso o Gestor execute abaixo de 99% do que estava programado, ele deve justificar o porquê da não execução. Com o índice e com a fiscalização constante aos tribunais, é possível a verificação da execução antes do final do exercício, reprogramando-se o orçamento, quando necessário. Esse índice mede exatamente se o planejamento do tribunal foi executado corretamente.</p> <p>A meta era 70% da execução do planejado, e terminamos o exercício com 75%, acima do esperado.</p> <p><b>Encaminhamento:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Dra. Carolina solicitou que seja encaminhado para AGGEST todos os gráficos atualizados.</li><li>• Verificar a possibilidade de discriminar o porquê tem tribunais que conseguem realizar a meta tranquilamente e outros tem dificuldades, solicitando um relatório a mais com essas especificações.</li></ul>		

Item:	2.4. Apresentação de resultados CGDOC	ID
<p>Em relação ao <b>Índice de Classificação Documental do PJe (ICDPJe)</b>, Sr. Reginaldo falou da importância de ser feito o arquivamento e a classificação corretamente dos processos, para que não se perca um legado tão grande de documentos. Como demonstrado, os documentos dentro do PJe (cerca de 10 milhões de processos arquivados, concluídos), estão acumulados e sem a devida classificação para o arquivamento. Dessa forma, esta iniciativa visa cumprir as resoluções a respeito do tema e auxiliar a fiscalização dos tribunais em relação ao cumprimento da meta. Foi verificado que há muita deficiência nas varas para o arquivamento, não tendo mão de obra para efetuar o trabalho.</p> <p><b>Módulo de Gestão Documental do PJe:</b> Trabalho feito em parceria com a SETIC, com o recolhimento dentro do PJe. Já foi aberto um processo administrativo para que possa ser feito um grupo de trabalho multidisciplinar. Em conversa com o TJDFT foi informado que o código do</p>		



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## 2ª RAE- PE/ CSJT– 17/01/2022

módulo de gestão documental, utilizado por eles, será disponibilizado para o CNJ, para posteriormente ser disponibilizado para todos que tenham interesse.

### Encaminhamento:

- Dra. Carolina informa que o processo do módulo tem que ser encaminhado junto com o processo do RCDARC.
- Reunir com as áreas de negócio e de tecnologia, para verificar os andamentos e alinhar a linguagem para dar andamento.

Item:	2.5. Apresentação de resultados SECOM	ID
<p>Sr. Alessandro informou que em relação à meta do <b>Índice da Avaliação da Imagem Institucional - IAI</b>, tinha sido levantada a questão de criação de grupos de trabalho para o desenvolvimento dessa pesquisa ou verificação de contrato externo. Com isso, foram realizadas reuniões com a AGGEST, para alinhamento, e ficou decidido aguardar 2022, constando essa informação no relatório de transição, para que no final do primeiro semestre já haja um modelo pronto para aplicação da pesquisa no segundo semestre.</p> <p>Em relação ao <b>Índice de Ações Integradas de Comunicação Social</b> os dados já foram inseridos no SIGEST, constando 11 ações nacionais. 7 TRTs divulgaram todas as campanhas e 10 TRTs compartilharam 10 campanhas. Para o ano de 2022 o índice tende a ter um melhor resultado, dado que já está definida a programação das ações de comunicação nacional, bem como o alinhamento com os tribunais para uma melhor participação, em que, na oportunidade, houve indicação de alguns tribunais na realização das campanhas.</p>		
<h3>Encaminhamento:</h3> <ul style="list-style-type: none"><li>• Serão encaminhadas, posteriormente, ao Ministro Presidente as alternativas da meta de pesquisa de imagem da JT.</li></ul>		

Ciência:

Nome
<b>Carolina da Silva Ferreira</b> Secretária Geral do CSJT (SGRCSJT) Coordenadora da Comissão de Gestão da Estratégia (CGE-CSJT)
<b>Ivan Bonifácio</b> Assessor da Assessoria de Governança e Gestão Estratégica do CSJT (AGGEST) Membro do CGE-CSJT
<b>Katia dos Santos Silva</b> Secretária da Secretaria de Orçamentos e Finanças (SEOFI) Membro do CGE-CSJT
<b>Janaina Luciana de Lima Gomes</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

**2ª RAE- PE/ CSJT– 17/01/2022**

Secretária da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGPES) Membro do CGE-CSJT
<b>Alessandro Jacó de Almeida</b> Chefe da Divisão de Comunicação (SECOM) Membro do CGE-CSJT
<b>Maria Tereza Orlandi</b> Ouvidora Auxiliar CSJT/TST
<b>Anderson Carlos Leite Affonso</b> Chefe de Gabinete da SGRCSJT
<b>Christiano Guimarães de Carvalho</b> Coordenador da Coordenadoria Técnica do Processo Judicial Eletrônico CTPje/SETIC
<b>Reginaldo Pereira de Matos</b> Coordenador da Coordenadoria de Gestão Documental (CGDOC)
<b>Thiago Mota Sousa</b> Servidor da (CGDOC)
<b>Silvio Rodrigues Campos</b> Servidor da SGRCSJT
<b>Mayara Cristina de Faria Wiira</b> Servidora da SGRCSJT
<b>Silvio Rodrigues Campos</b> Servidor da SGRCSJT
<b>Cleria Elvina Costa Moreira</b> Servidora da SGRCSJT
<b>Magda Vargas Roque</b> Servidora da SETIC
<b>Bárbara Soares Cabral</b> Cobertura fotográfica - SECOM
<b>Dúlio Mendes Soares</b> Servidor da AGGEST
<b>Ana Luisa Amorim Ribeiro</b> Servidora da AGGEST
<b>Daniel Gerbis de Aguiar</b> Servidor da AGGEST